



Distribuidora Big Benn S.A.

CNPJ: 83.754.234/0001-51

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2014 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. Provisões para demandas judiciais:

	31/12/2013	
Não circulante:	31/12/2014 (não auditado)	
Demandas judiciais tributárias (i)	-	30.642
Demandas judiciais cíveis (ii)	416	-
Demandas judiciais administrativa	28	-
Demandas judiciais trabalhistas	1.012	279
Total não circulante	1.456	30.921
Total	1.456	30.921

(i) As provisões para demandas judiciais tributárias são, basicamente, referentes a tributos federais, discutidos nas esferas administrativas e/ou judiciais, onde os assessores legais da Companhia entendem que sua perda seja provável. IeAs demandas judiciais tributárias referem-se principalmente a provisões constituídas em função de créditos junto a autoridade fiscal não homologados, relativos a IRPJ, havendo processos da mesma natureza relativos aos tributos: COFINS, PIS e CSLL. A Companhia fez a opção do REFIS em 2014, liquidados no período findo em 31 de dezembro de 2014. (ii) As provisões para demandas judiciais cíveis são, basicamente, onde a Companhia figura como ré em ações que discutem questões usuais e peculiares decorrentes da atividade que pratica, sendo na sua grande maioria ações de indenização por danos materiais e morais decorrentes das relações de consumo, como pedidos de indenização por protesto indevido de títulos e de relações de consumo. A movimentação da provisão para demandas judiciais está descrita a seguir:

	31/12/2014 (não auditado)	31/12/2013
Saldo Inicial	30.921	39.486
Constituição de provisão	9.221	9.602
Reclassificação para outros impostos (i)	(27.147)	-
Reversão de provisão	(11.539)	(18.167)
Saldo Final	1.456	30.921

(i) Reclassificação para outros impostos em razão da adesão ao Refis (Programa de Recuperação Fiscal). As constituições e reversões das provisões para demandas judiciais são representadas pela avaliação periódica das demandas realizadas pelos assessores jurídicos da Companhia e representam a melhor estimativa. Em 31 de dezembro de 2014, o total de provisão para demandas judiciais reconhecidas pela companhia é de 1.456 (30.921 em 31 de dezembro de 2013), a variação no período foi representada pela avaliação periódica das contingências realizadas pela assessoria jurídica da Companhia e representam a melhor estimativa para perda no exercício findo. A Companhia são partes em processos trabalhistas, cíveis e fiscais, que são provisionados considerando a opinião de consultores internos e externos, a natureza das ações, a jurisprudência e o posicionamento dos tribunais e demais regras estabelecidas na Deliberação CVM nº 594/09 e CPC 25 (IAS37). Os impactos relativos aos andamentos das contingências são avaliados periodicamente e os riscos associados as mesmas são adequadamente mensuradas por meio das provisões constituídas. A administração, suportada por seus assessores jurídicos, não espera perdas, se houver, superior aos valores provisionados como consequência do desfecho dessas demandas. As contingências preponderantemente são tratadas na esfera judicial, sendo discutidos em tribunais de primeiras e segundas instâncias e superiores. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 as contingências cujas probabilidades de perda são consideradas possíveis somam R\$ 7.821 e R\$ 2.826, respectivamente, não registradas no balanço, como segue:

	31/12/2014	31/12/2013
Natureza	Quantidade Valor	Quantidade Valor
Cível	15 211	- -
Administrativa	22 438	- -
Trabalhista	166 7.222	68 2.826
Total	203 7.871	68 2.826

17. Contas a pagar por aquisição de investimento:

	31/12/2014 (não auditado)	31/12/2013
Circulante	31/12/2014 (não auditado)	Indexador
Contraprestação com sócios fundadores	68.067	65.259 IGP-M
Total circulante	68.067	65.259
Não circulante		
Contraprestação com sócios fundadores	2.079	63.636 IGP-M
Total não circulante	2.079	63.636
Total	70.146	128.895

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e exercício findo em 31 de dezembro de 2013 essas obrigações tiveram atualização conforme seus indicadores contratuais (IPCA e IGP-M) no montante de R\$70.146 (R\$128.895 em 31 de dezembro de 2013), os quais foram apropriados no resultado do período na conta de despesas financeiras. Os montantes a longo prazo em 31 de dezembro de 2014 têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento

	Valor
2016	1.513
2017	566
	2.079

18. Imposto sobre o lucro: A conciliação entre despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 está apresentada a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013 (não auditado)
--	------------	---------------------------

Lucro/(Prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	(88.600)	3.049
À alíquota fiscal de 34%	30.124	(1.037)
Utilização de prejuízo fiscal anteriormente não reconhecido na forma de impostos diferidos, por incerteza quanto a sua realização futura	-	(28.188)
Provisões, com natureza de despesa temporariamente indedutíveis, porém sem ativo diferido constituído, por incerteza quanto sua realização futura	-	1.291
Reversão de provisões, com natureza de despesa temporariamente indedutíveis, porém sem ativo diferido anteriormente constituído	-	(14.412)
Amortização do crédito fiscal decorrente de ágio	(33.826)	-
Resultado de equivalência patrimonial	730	(324)
Outras adições e exclusões permanentes	4.623	28.365

Despesa de imposto de renda e contribuição social apresentada nas demonstrações dos resultados

Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 são demonstrados da seguinte forma:

	31/12/2014 (não auditado)	31/12/2013
Provisões, com natureza de despesas temporariamente indedutíveis	29.939	18.762
Combinações de negócios	16.597	21.838
Ativo fiscal diferido	46.536	40.600
Combinações de negócios	(28.810)	(32.568)
Outros passivos diferidos	(50.718)	(28.240)
Passivo fiscal diferido	(79.528)	(60.808)

Ativo/(Passivo) fiscal diferido, líquido

(32.992) (20.208)

Período estimado de realização: A Administração da Companhia efetua periodicamente análise dos fundamentos que suportam o registro dos créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social. Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como indicativo de resultados futuros da Companhia. Dessa forma, os valores dos tributos diferidos ativos apresentados as seguintes estimativas de expectativa de realização:

	Valor
Em 3 anos	(2.930)
Em 4 anos	(13.834)
Em 5 anos	(16.228)
	(32.992)

Em 13 de maio de 2014 a Medida Provisória nº 627 foi convertida na Lei nº 12.973/14, confirmando a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com opção de antecipar seus efeitos para 2014. A companhia concluiu a análise dos impactos advindos das disposições contidas na referida Lei, tanto em suas demonstrações financeiras, como em sua estrutura de controles internos. Considerando que o resultado dessa análise não apresentou efeitos tributários materiais, a Companhia decidiu não antecipar a adoção das regras e disposições previstas na nova legislação no exercício de 2014. 19. Transações com partes relacionadas: As operações com partes relacionadas são sempre realizadas observando preços e condições específicas contratadas entre as partes. Conforme competência descrita em nosso Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração aprovar a realização de qualquer transação entre, de um lado, os nossos acionistas ou diretores ou partes relacionadas, seus respectivos cônjuges, ascendentes, parentes até o terceiro grau, sociedades controladas, seus controladores ou pessoas sob controle comum, e, de outro, a Companhia e suas

controladas. Independentemente do valor envolvido, todas as transações entre a Companhia e as pessoas acima previstas devem ser realizadas em termos e condições contratadas entre as partes. Adicionalmente, observamos as regras de realização de transações com partes relacionadas determinadas pela Lei das Sociedades por Ações e das práticas relacionadas ao Novo Mercado da BM&FBOvespa. A Companhia concentra parte de suas atividades de "back office" (Recursos Humanos, Administrativo, T.I., Finanças e Contabilidade), em seu Centro de Serviços Compartilhados - CSC, que atendem às controladas da Companhia, cujos custos incorridos são rateados e reembolsados pelas controladas. A seguir demonstramos os saldos das transações em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, bem como os efeitos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014. a. Ativo:

	Rateio de despesas administrativas¹
2013 (não auditado)	
Ativo Circulante	
Beauty'In Comércio de Bebidas e de Cosméticos Ltda.	2
Rede Nordeste de Farmácias S.A.	1.883
Farmais Produtos S.A.	3
	1.888

Rateio de despesas administrativas¹

	256
	256

Rateio de despesas administrativas¹

	1
	31.569
	31.570

Rateio de despesas administrativas¹

	4.025
	4.025

Rateio de despesas administrativas¹

	520
	495
	1.015

Rateio de despesas administrativas¹

	1.064
	95
	1.159

Rateio de despesas administrativas¹

	497
	1.310
	167
	8.909
	10.883

Rateio de despesas administrativas¹

	2.696
	5.142
	7.838

Rateio de despesas administrativas¹

	2.930
	(13.834)
	(16.228)
	(32.992)

¹ Despesas administrativas rateadas com base no custo de cada atividade administrativa. 20. Patrimônio líquido: 20.1 Capital social: Em 31 de dezembro de 2014, o capital social subscrito de R\$ 761.142 está representado por 208.613.889 ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal.

	31/12/2013	31/12/2014 (não auditado)
Capital social	634.335	634.335
Adiantamento para futuro aumento de capital	126.807	-
Total	761.142	634.335

21. Receita líquida de vendas:

	01/01/2014 a 31/12/2014	01/01/2013 a 31/12/2013 (não auditado)
Receita bruta de vendas	1.744.805	1.411.700
Receita bruta de serviços	5.955	15.477
Receita bruta	1.750.760	1.427.177
Deduções	(116.897)	(114.427)
Impostos sobre venda	(105.878)	(103.406)
Impostos sobre serviços	(83)	-
Devoluções	(10.936)	(11.021)
	1.633.863	1.312.750

continua - ★